

Processos urbanos e gestão local: os casos de Ribeirão Preto e Piracicaba entre o empresariamento urbano e o Estatuto da Cidade

ELIANA TADEU TERCI¹

¹ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) / ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”, PIRACICABA – SP, BRASIL

Resumo

Este artigo resulta de estudo comparativo de processos urbanos no interior paulista a partir da vigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001, marco regulatório dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988). Consideram-se variáveis principais: i) os impactos urbanos da reestruturação produtiva da agroindústria canieira; e ii) as ações dos grupos privados e do poder público municipal na configuração urbana e na gestão da cidade. O processo de financeirização da economia mundial, hegemônico desde 1990, impôs a redução do Estado, acirrou a competitividade internacional, resultando em amplo processo de reestruturação produtiva e na internacionalização do agronegócio brasileiro, impactando fortemente as localidades integradas pelas cadeias produtivas das *commodities*. As cidades assumiram protagonismo, tendo suas vantagens locais largamente utilizadas pelo poder público e pelos grupos privados na atração dos negócios, caracterizando o *empresariamento urbano*. Paradoxalmente, a implantação do Estatuto da Cidade subordinou a dinâmica urbana à função social da propriedade e à inclusão urbana. Essa contradição foi analisada tomando como referências dois municípios sedes de regiões canieiras paulistas: Piracicaba (mais antiga) e Ribeirão Preto (mais dinâmica) nas últimas décadas. Por meio da análise dos dados demográficos, socioeconômicos e do gasto público, constatou-se que o *empresariamento urbano* tem sido a marca das gestões municipais, à revelia dos parâmetros estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e da regulamentação estabelecida pelos planos diretores, que têm sido sistematicamente modificados para atender aos imperativos econômicos e da expansão imobiliária.

Palavras-chave: Estatuto da cidade. Agroindústria canieira. Gestão urbana.

Urban processes and local management: the cases of Ribeirão Preto and Piracicaba between urban entrepreneurship and the City Statute

Abstract

This article is the result of a comparative study of urban processes in municipalities in the interior of the state of São Paulo since the City Statute (Federal Law 10,257 of 2001, which regulates articles 182 and 183 of the Federal Constitution of 1988, related to urban policy). The main variables in the study are: (i) the urban impacts of the production restructuring of the sugarcane agroindustry and (ii) the actions of the public and private actors in the urban configuration and city management. The process of financialization of the world economy since 1990 imposed the reduction of the State, intensified international competitiveness, promoting a broad process of production restructuring and the internationalization of the Brazilian agribusiness, impacting the territories integrating the commodities production chains. The cities became protagonists and their advantage in terms of location has been used by the public and private sectors in order to attract business characterizing urban entrepreneurship. Concomitantly, the implementation of the City Statute subordinated urban dynamics to the social function of property and to urban inclusion. This contradiction is analyzed using as reference two municipalities located in two sugarcane regions of the state of São Paulo: Piracicaba (older city) and Ribeirão Preto (more dynamic) analyzing data from the last decades. Through the analysis of demographic, socioeconomic and public spending data, it was found that urban entrepreneurship has been the hallmark of municipal management, ignoring the City Statute and the regulation established by the master plans, which have been systematically modified to meet the economic imperatives and real estate expansion.

Keywords: City Statute. Sugarcane agroindustry. Urban management.

Procesos Urbanos y Gestión Local: los casos de Ribeirão Preto y Piracicaba entre el empresariado urbano y el Estatuto de la Ciudad

Resumen

El artículo resulta de un estudio comparativo de los procesos urbanos del interior paulista a partir de la entrada en vigor del Estatuto de la Ciudad (Ley Federal 10.257 de 2001, marco regulatorio de los artículos 182 y 183 de la Constitución Federal de 1988). Se consideran variables principales: (i) los impactos urbanos de la reestructuración productiva de la agroindustria de caña de azúcar y (ii) las acciones de los grupos privados y del poder público municipal en la configuración urbana y en la gestión de la ciudad. El proceso de financiarización de la economía mundial, hegemónico desde 1990, impulsó la reducción del Estado e intensificó la competitividad internacional, lo que resultó en un proceso de reestructuración productiva y en la internacionalización del agronegocio brasileño, que tuvieron gran impacto en las localidades integradas en las cadenas de suministro de productos básicos. En esta coyuntura, las ciudades asumieron protagonismo y sus ventajas de localización han sido utilizadas en la atracción de negocios lo que ha caracterizado el empresariamiento urbano. Paradjicamente, la implantación del Estatuto de la Ciudad ha subordinado la dinámica urbana a la inclusión urbana. Esa contradicción se analizó tomando como referencia dos municipios sedes de regiones de caña de azúcar de São Paulo: Piracicaba (más antigua) y Ribeirão Preto (más dinámica) en las últimas décadas. Al analizar datos demográficos, socioeconómicos y del gasto público se constató que el empresariamiento urbano caracterizó las gestiones municipales, contrariando el Estatuto de la Ciudad y los planes maestros que han sido sistemáticamente modificados para cumplir con los imperativos de la economía y de la expansión inmobiliaria.

Palabras clave: Estatuto de la Ciudad. Agroindustria de caña de azúcar. Gestión urbana.

Artigo submetido em 02 de março de 2017 e aceito para publicação em 14 de novembro de 2017.

O artigo apresenta resultados do projeto de pesquisa, processo CNPQ 444106/2015-4, intitulado Planejamento Urbano e Desenvolvimento Contemporâneo no Interior Paulista: um estudo comparado sobre as cidades de Ribeirão Preto e Piracicaba [2000-2015], sob a coordenação da autora.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395166549>

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa em perspectiva comparada processos contemporâneos de desenvolvimento urbano em duas cidades do interior paulista – Ribeirão Preto e Piracicaba. Consideram-se variáveis principais: i) os impactos urbanos da reestruturação produtiva da agroindústria canavieira; e ii) as ações dos grupos privados e do poder público municipal na configuração urbana e na gestão da cidade.

Quanto ao escopo cronológico (2001-2017), delimita-se o período a partir da vigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001, marco regulatório dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988), que ampliou as prerrogativas dos municípios e subordinou a dinâmica urbana à função social da propriedade, determinando a obrigatoriedade de elaboração e/ou revisão de planos diretores participativos de desenvolvimento urbano para as cidades acima de 20 mil habitantes (BRASIL, 2002).

A escolha de Ribeirão Preto e Piracicaba se justifica pelas funções que desempenham na rede urbana. Cidades de raízes históricas peculiares que se consolidaram como sedes de centros regionais, cujo desenvolvimento foi determinado pela expansão da agroindústria canavieira em substituição ao café e pela formação de pujante núcleo metalomecânico que deu suporte ao complexo sucroalcooleiro paulista polarizado pelas duas regiões – Piracicaba, a mais antiga, e Ribeirão Preto, a mais moderna (BAENINGER et al., 2013; TERCI et al., 2005). Atualmente, sediam duas aglomerações urbanas recentemente institucionalizadas – a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (2016) e a Aglomeração Urbana de Piracicaba (2012).

No plano teórico-metodológico, o trabalho compreendeu levantamento, classificação e análise de dados secundários sobre as dinâmicas do desenvolvimento urbano e regional e das finanças públicas de ambas as cidades a partir de diversas fontes – Banco de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo (SECOVI) e prefeituras municipais; para a análise dos processos dos Planos Diretores valeu-se dos acervos disponíveis nos *sites* da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), órgão ligado à prefeitura municipal, responsável pela gestão do Plano Diretor de Piracicaba¹, além de matérias publicadas na imprensa local e regional; recorreu-se, ainda, à revisão da literatura sobre a interiorização do desenvolvimento e da reestruturação produtiva do agronegócio no contexto da financeirização da economia, acervo que incorpora estudos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento (urbanismo, economia, ciência política, geografia, sociologia). Adotou-se a hipótese de que, em um contexto de progressiva liberalização e do colapso do padrão desenvolvimentista, do esvaziamento da liderança do Estado e na ausência de políticas de desenvolvimento urbano e regional, os municípios assumiram o desafio de readequar suas estruturas produtivas, visando a atrair os empreendimentos privados, adotando o modelo do *empresariamento* urbano, contrariando as diretrizes do Estatuto da Cidade.

O texto está estruturado sequencialmente da seguinte forma: i) análise dos termos em que transcorreram as mudanças da economia nacional, especialmente o processo de reestruturação e internacionalização do agronegócio com o *boom* das *commodities*; as políticas de liberalização econômica e a mudança de papel das cidades; ii) a interiorização do desenvolvimento e o papel das cidades; a emergência do empresariamento urbano e sua influência no contexto da reestruturação produtiva; iii) caracterização da base empírica, de suas trajetórias à luz do referencial teórico metodológico adotado; iv) apreciação comparada das finanças públicas das cidades selecionadas; e, finalmente, v) são esboçadas algumas hipóteses conclusivas, com base nessa análise.

DINÂMICA ECONÔMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A década de 1980 constitui decisiva inflexão para a sociedade e a economia brasileira. De um lado, presenciou-se o atabalhoado processo de redemocratização que sucedeu o ciclo militar e prolongou-se por quase toda a década, tendo como desfechos

¹Em ambos os *sites* é possível consultar a relatoria e documentação de todo o processo dos planos diretores, desde suas primeiras versões. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/splan/planod/i28planod.php>>, para Ribeirão Preto; e disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/plano-diretor/>>, para Piracicaba.

a promulgação da Constituição Federal de 1988. De outro, revelaram-se naqueles anos as mazelas do desenvolvimentismo em sua versão autoritária: o padrão de financiamento que o sustentara resultava em enorme crise fiscal do Estado manifesta por incontornáveis dívidas públicas (interna e externa) e inflação acelerada.

Os anos 1990 não trouxeram alento, pois o avanço agressivo do neoliberalismo laureou o processo de financeirização da economia e desregulamentação dos mercados.

Nesse cenário, a redução do papel planejador do Estado se impôs como condição para acesso aos novos fluxos de recursos e investimentos externos; a abertura e a reestruturação produtiva emergiram como determinantes para reverter as distorções do desenvolvimentismo brasileiro diante da nova agenda da inovação tecnológica. Seguiu-se intenso processo de desmonte do aparato estatal com a privatização das principais empresas públicas que sustentaram o processo de industrialização brasileira, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A entrada no novo milênio e o *boom* das *commodities* indicaram um novo rumo. As novas diretrizes da divisão internacional do trabalho acenavam uma concertação promissora para os países “emergentes”, principalmente o grupo formado pelos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China): respeitadas as condicionantes essenciais – estabilidade macroeconômica, instituições estáveis, abertura comercial e financeira – o grupo poderia se tornar, antes de 2050, uma força econômica maior do que o grupo das seis maiores economias mundiais (G6), em termos do produto interno bruto medido em dólares, de acordo com o estudo realizado por Purushothaman e Wilson (2003).

Ao Brasil, reservava-se a condição de grande exportador agropecuário do binômio alimentos e energia, cuja participação no comércio exterior aumentou de 2,43% em 1990-94, para 2,92% em 1995-98: valendo-se de suas enormes vantagens naturais e de um avançado sistema de pesquisa e desenvolvimento (P&D) financiado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), as perspectivas dos agronegócios da carne, da soja e da cana-de-açúcar eram as mais promissoras.

Tratou-se do processo de globalização do agronegócio (ELIAS, 2013, p. 14). De fato, o setor entrou na mira do movimento internacional de capitais e converteu-se em um campo alvissareiro aos investimentos diretos. Os dados são surpreendentes: no complexo soja (grão, farelo e óleo), as multinacionais Bunge, ADM, Dreyfus e Amaggi dominam “50% da capacidade de esmagamento da oleaginosa; 65% da produção nacional de fertilizantes; 80% do volume de financiamento liberado pelas *tradings* ao cultivo do grão; 85% da soja produzida no país; 95% das exportações *in natura*; e 8,1% das exportações nacionais” (PASTRE, 2015, p. 3-4).

Na agroindústria canavieira, a situação não é diferente: enquanto em 2003 havia apenas 4% de investimento estrangeiro, em 2008 essa participação elevou-se a 12,4% e a 25,6% em meados de 2010. Dentre tais grupos figuram Bunge e Dreyfus, atuantes no complexo soja; empresas multinacionais de combustíveis, como a Shell; fundos de investimentos a exemplo de Arion Capital e Clean Energy; além de grupos que atuam em diversos segmentos como a Cargil, a Tereos Internacional, a UMEO Bioenergy, a ETH Bioenergia (OLIVEIRA, 2013).

A conduta das empresas agroexportadoras demonstra que o Brasil ampliou sua inserção nas cadeias produtivas do agronegócio globalizado por meio de fusões e incorporações, estreitando laços com as empresas nacionais, o que permitiu “expandir sobremaneira a área agricultada nos biomas amazônico e cerrado, controlar custos, assegurar previsibilidade na qualidade e quantidade da matéria-prima, difundir rapidamente as inovações tecnológicas e minimizar seus custos de transação, fortalecendo suas posições hierárquicas e ampliando seus escopo e capacidade de investimento” (PASTRE, 2015, p. 2).

Ademais, sob a égide do agronegócio globalizado, a produção se dispersou pelo território, atendendo à formação das redes produtivas agrícolas (RPA), cujos vetores foram a descentralização industrial, a guerra fiscal promovida pelas unidades federadas para atrair investimentos, as especializações produtivas do território, a difusão dos novos agentes econômicos e a reestruturação produtiva da agropecuária. Nas RPA, as grandes corporações são as maiores produtoras do espaço urbano e rural, alterando a relação campo-cidade e a urbanização, haja vista que as cadeias produtivas demandam procedimentos que ocorrem no espaço urbano e respondem a funções específicas, como criação de infraestrutura de distribuição, gestão e reprodução da força de trabalho, formulação e implementação de políticas públicas etc. “Assim, as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais” (ELIAS, 2013, p. 155).

Além dessas transformações, vale destacar a política energética que privilegia o complexo agroindustrial canavieiro (CAI canavieiro), como outro determinante fundamental da dinâmica socioeconômica regional e urbana. Definido como estratégia

para substituir em larga escala os combustíveis derivados do petróleo, o álcool mereceu atenção especial do governo entre 1975-79. O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) – Decreto n. 76.593, de 14 de novembro de 1975 –, criado no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), viabilizou o motor adequado ao novo combustível naquele período conturbado pelas crises do petróleo. Entre 1975 e 2000, produziram-se cerca de 5,6 milhões de veículos a álcool hidratado e reduziu-se a demanda de gasolina por meio das adições de álcool anidro em mais 10 milhões de veículos. A partir de então, o setor e o programa passaram por altos e baixos, seja em virtude das sucessivas crises de desabastecimento que ocorriam sempre que os preços do açúcar (concorrente do álcool) se elevavam no mercado de *commodities*, seja devido às oscilações nos preços dos derivados do petróleo que tornavam a gasolina mais barata, seja ainda como consequência da orientação neoliberal que levou à desativação do Proálcool no bojo do processo de encolhimento do Estado dos anos 1990.

A recuperação do CAI canavieiro, a partir de 2000, deveu-se à liberalização cambial, à elevação dos preços internacionais do açúcar e à posição privilegiada que o álcool ocupou na política energética do governo Lula (2003-2008), que priorizou o programa dos biocombustíveis com particular atenção ao álcool. O sucesso se completa com a adoção do motor bicombustível (2003), que eliminou o fantasma do desabastecimento.

A expansão do setor foi de monta tanto na área plantada, cujo “mar de canas” extrapolou as fronteiras do estado de São Paulo, atingindo 9 milhões de hectares ao todo, como em unidades produtivas com o surgimento de novas usinas de açúcar e álcool, totalizando 400 empresas (KOGA-VICENTE, ZULLO JUNIOR e AIDAR, 2013).

Nesses termos, todos os esforços convergiram para a construção de um ambiente funcional, harmônico e consensual, de modo a evidenciar “os espaços urbanos e regionais aptos a [saltar] escalas (do local diretamente ao mundo), inserindo-se e articulando-se às redes e fluxos globalizados” (BRANDÃO, 2014, p. 39). Essa diretriz ressignificou a temática urbana: os recorrentes problemas do crescimento desordenado, bens coletivos, moradia, especulação imobiliária, deram lugar ao marketing urbano, principal instrumento de planejamento, pois “o mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria” (VAINER, 2000, p. 76). Analisando esse contexto, Harvey (1996)² identifica o surgimento de uma nova abordagem na administração urbana com o avanço de práticas relativas ao que denomina *empresariamento* urbano, passando as cidades a ser valorizadas pelo seu perfil empreendedor. Tais práticas têm sido disseminadas em virtude da ausência de uma coordenação centralizada, o que conduz a um processo de fragmentação do espaço nacional, à medida que, na conjuntura de internacionalização da economia, as regiões dinâmicas e suas sedes priorizam a conexão direta com a economia internacional, desfazendo-se antigos laços de complementaridade produtiva. Os programas federais, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), corrobora essa tendência mesmo involuntariamente, haja vista o apoio concedido aos arranjos produtivos com vistas à consolidação dos polos exportadores (ROLNIK e KLINK, 2011).

Abriu-se, em consequência, intenso processo de competição entre as cidades na atração dos investimentos, principalmente das corporações transnacionais, promovendo um verdadeiro leilão de localização: “as antigas ideias de planejamento e desenvolvimento foram substituídas pelas políticas dos APLs (Arranjos Produtivos Locais), nome inventado no Brasil para substituir, com fragilidade, os *clusters* ou verdadeiros distritos industriais” (CANO, BRANDÃO, MACIEL et al., 2007, p. 38).

Paradoxalmente, entretanto, nessa mesma conjuntura ocorreu a implantação do novo marco regulatório da gestão urbana. Após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) foi sancionado pela Presidência da República, atribuindo ao poder público municipal o planejamento urbano, cabendo à esfera federal estabelecer diretrizes e legislar sobre a intervenção nesse espaço. O fator central determinado pela Constituição Federal de 1988 foi o princípio da função social das cidades e da propriedade, “o reconhecimento dos direitos de posse de milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da introdução direta dos cidadãos aos processos decisórios sobre essa política” (ROLNIK, 2009, p. 31).

Para levar a cabo esse novo arcabouço legal urbano, os municípios necessitariam elaborar e/ou revisar seus Planos Diretores com objetivos centrados nas questões efetivamente relacionadas à produção do espaço urbano, respeitando a função social da cidade. Mais ainda: o artigo 40 do Estatuto da Cidade define o Plano Diretor como “instrumento básico da política de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2002, p. 40). Adotando enfoque inovador, o Estatuto da Cidade evita os vícios tecnocráticos

²Ainda que o autor se refira ao ocorrido nos países centrais, é possível identificar grande semelhança no caso brasileiro.

observados nos planos diretores anteriores que, segundo Villaça (2004), constituíam documentos técnicos que funcionaram mais como ideologia do que como instrumentos direcionadores para políticas de desenvolvimento urbano.

Sob o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor deve constituir instrumento para cumprir preceitos básicos constitucionais, como: a qualidade de vida, a justiça social, a universalização dos serviços urbanos, a gestão democrática, a função social da propriedade, a participação social, sobretudo a popular. Seu maior desafio: combater a especulação imobiliária e garantir o acesso à terra urbanizada aos estratos mais pobres da população (BASSUL, 2002; BUENO, 2007; BRASIL, 2002).

Assim, busca-se evidenciar as contradições entre os parâmetros do Estatuto da Cidade e as práticas de *empresariamento urbano* na gestão de cidades paulistas nos anos recentes.

INTERIORIZAÇÃO DA ECONOMIA PAULISTA E O PAPEL DAS CIDADES

O interior paulista constitui a segunda força econômica do Brasil. Segundo dados da Fundação Serviço Estadual de Análise de Dados (Seade), em 2010, a participação dessa região no produto interno bruto (PIB) brasileiro era de 15%, praticamente metade da contribuição do estado de São Paulo (44%). A configuração territorial que conferiu a essa região tamanha força econômica remete ao apogeu da economia agroexportadora cafeeira, condicionada exogenamente pelo comércio internacional. Em atenção ao fluxo externo, a expansão cafeeira promoveu dramática integração regional, transformando o interior paulista em um grande complexo econômico que envolve lavouras de café e alimentos, ferrovias, bancos e núcleos urbanos que se projetaram nacionalmente. O processo de industrialização posterior privilegiou a região cafeeira e, além de não eliminar a dependência externa, resultou em uma dramática concentração econômica e demográfica na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), na década de 1970. Com cerca de 6 milhões de habitantes (73,2% da população da RMSP), a cidade de São Paulo constituía exemplo emblemático do que veio a ser denominado “caos urbano”: enorme adensamento populacional, favelização, degradação ambiental e dos serviços públicos (CANO, BRANDÃO, MACIEL et al., 2007).

A preocupação em reverter esse quadro se concretiza nos anos 1970, com as políticas de desconcentração regional do II PND, cuja estratégia envolvia a articulação de políticas específicas nas 3 esferas de poder executivo e foi considerada exitosa, pois resultou na queda de participação da região metropolitana paulista na indústria, de 43,5% em 1970 para 26% em 1990. O desdobramento mais significativo do processo foi o espraiamento da indústria para o interior paulista, que já contava com rede de centros urbanos, um promissor desenvolvimento industrial, infraestrutura logística e pela presença de centros de pesquisa e ensino em várias cidades, formando um verdadeiro “cordão industrial” (CANO, 1998).

Ribeirão Preto e Piracicaba, dentre outros municípios, foram privilegiados pelas políticas do II PND, por meio da destinação de investimentos do Programa Cidades Médias, atendendo ao propósito do governo estadual em alavancar o desenvolvimento urbano e regional de São Paulo, visando a tornar o interior destinatário de investimentos industriais privados (SOUZA, 2004).

A criação do Proálcool foi outra iniciativa impulsionadora do desenvolvimento do interior paulista. Por meio da concessão de crédito e subsídios, o programa estimulou a instalação de destilarias de álcool e teve um importante efeito a montante, afetando positivamente o setor metalomecânico produtor de máquinas e equipamentos para as companhias de açúcar e álcool (TERCI, 2009)

Assim, a região se consolidou como força econômica e polo de atração dos investimentos em busca de alternativas às deseconomias de aglomeração representadas pelas metrópoles: entre 1970 e 2003, enquanto a participação da RMSP na indústria brasileira declinou de 43,5% para 17%, o interior paulista seguiu aumentando seu peso relativo, subindo de 14,7% para 27% (CANO, 2007).

Ribeirão Preto e Piracicaba

Ribeirão Preto e Piracicaba são municípios de forte tradição no complexo canavieiro e altíssima concentração urbana. Piracicaba sedia a mais antiga região canavieira do estado, conta uma população estimada de 380.494 habitantes (2016), taxa de urbanização de 98% (Seade) e abriga expressivo parque metalomecânico. Ribeirão Preto, com população estimada de 654.893 habitantes (2016), apresenta taxa de urbanização ainda mais expressiva, de 99,72% (Seade). A cidade sedia a maior região produtora mundial de açúcar e álcool, tendo suas 21 usinas dentre as principais atividades econômicas da

região, fortalecendo o complexo regional formado pelas empresas de máquinas e equipamentos. A localização privilegiada e a estrutura urbana moderna tornaram Ribeirão Preto um pujante centro de negócios prestador de serviços.

Além das distintas temporalidades (BAENINGER et al., 2013), as especificidades das cidades canavieiras sobrevivem das funções que desempenham no aglomerado urbano que representam: região mais antiga cuja produção remonta ao Ciclo Canavieiro Paulista do século XVII (PETRONE, 1968), Piracicaba desenvolveu um importante complexo produtivo ligado à agroindústria canavieira, tornando-se fornecedora de máquinas e equipamentos ao setor graças ao núcleo metalomecânico constituído desde a década de 1920. Já Ribeirão Preto, município cafeeiro por excelência, transformou-se a partir da crise dos anos 1930 e a cana-de-açúcar foi opção adequada à estrutura fundiária concentrada e aos incentivos concedidos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA – criado em 1933). A formação do CAI canavieiro em Ribeirão Preto, entretanto, consolidou-se na década de 1970 com a criação do Proálcool, que alavancou o novo núcleo metalomecânico projetando a região como a principal produtora de açúcar e álcool do estado nos anos 1990.

Na moderna região o complexo desenvolveria uma situação peculiar que Pires (1996) qualificou como “satelização”: organização a partir da qual os diversos municípios desempenham funções e atividades diferenciadas, polarizadas por Ribeirão Preto (sede regional e centro de negócios e serviços) e Sertãozinho (centro metalomecânico, produtor de equipamentos).

Os efeitos desse enorme impulso foram diversos: consolidação da monocultura canavieira, concentração fundiária, intensificação do êxodo rural e do emprego de trabalhadores temporários na lavoura canavieira. A intensa migração de população pobre para essas regiões em busca de oportunidades na lavoura canavieira e/ou nas usinas e fábricas de equipamentos provocou um incremento demográfico sem precedentes, contribuindo para a expansão e periferização das cidades: em 1979, Piracicaba totalizava 23 núcleos de favelas com uma população de 10 mil pessoas; em 1993, esses números se elevaram a 53 núcleos e 22 mil habitantes, cerca de 10% da população do município (SIQUEIRA, 1993). Para Ribeirão Preto, os dados registraram 14 núcleos de favelas em 1989 e 820 domicílios, números que se elevam a 17 núcleos e 1.333 domicílios em 1990 (PIRES, 1996).

O processo de interiorização da indústria foi outro fenômeno que contribuiu para a transformação dessas cidades no período 1970-85: servidas pelas mais modernas rodovias do estado de São Paulo ligando-as a capital (Piracicaba por meio da Rodovia Luiz de Queiroz e do sistema Anhanguera-Bandeirantes e Ribeirão Preto por meio da Rodovia Anhanguera), esses municípios tornaram-se destinos preferenciais das indústrias. Contaram com investimentos federais e incentivos das prefeituras, principalmente concessão de terrenos, isenção de tributos e execução de infraestrutura básica nas áreas destinadas aos distritos industriais: por meio da Lei Municipal n. 2.564, de 8 de dezembro de 1971, Ribeirão Preto criou seu Distrito Industrial às margens da Rodovia Anhanguera e do Anel Viário Norte; e Piracicaba, por meio da Lei Municipal n. 2.039, de 6 de setembro de 1973, criou a Unidade Industrial Leste (Unileste) (TERCI et al., 2005).

O processo de reestruturação do agronegócio reforçou o papel dessas cidades. Ribeirão Preto consolidou-se como sede de serviços técnicos, financeiros e comerciais do segmento mais moderno do CAI canavieiro, sediando organizações e instituições de operação e gestão estratégica, como o terminal multimodal da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica): “o crescimento do interesse e dos investimentos na década de 2000, acentua o seu caráter de centro urbano articulador do território fundamental da cana” (OLIVEIRA, 2013, p. 93). O segmento industrial do CAI canavieiro situa-se em Sertãozinho, município limítrofe com Ribeirão Preto, sedia 6 usinas, além de diversas indústrias de fabricação de máquinas e equipamentos como a Caldema, Fundação Moreno, Camaq, entre outras (OLIVEIRA, 2013).

A região de Piracicaba, ainda que tradicional e mais antiga, não pode ser considerada atrasada, pois a sede regional (Piracicaba) constitui importante centro de pesquisas, serviços técnicos, comerciais e financeiros, além de abrigar pujante núcleo metalomecânico constituído “sob o guarda-chuva de uma grande empresa nacional (Dedini S/A Indústria de Base), por diversas outras médias e pequenas (Mausa, NG, Conger, CSj Metalúrgica) e pela presença de empresas estrangeiras (Ethanol Systems, Bosch Engenharia)” (OLIVEIRA FILHO, 2013, p. 278). Abriga em seu território uma das maiores usinas processadoras, a Costa Pinto S/A, do Grupo Raízen, e detém uma larga lavoura de cana-de-açúcar em seu vasto território (cerca de 50 mil ha).

Na esfera local, as corporações buscaram ampliar sua influência nas decisões de política econômica e planejamento operando na articulação de parcerias com o poder público, universidades e institutos de ensino e pesquisa para viabilizar os empreendimentos, com o objetivo de potencializar as externalidades positivas da aglomeração industrial. Em Piracicaba, a criação do Arranjo Produtivo do Alcool (Apla) é ilustrativa. Viabilizado em uma parceria entre Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura de Piracicaba, reúne destilarias, indústrias e centros de pesquisa. Lançado em 2006 e oficializado em abril de 2007, o Apla abrange 25 municípios paulistas e visa a buscar

alternativas para alavancar a cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro, possibilitando a redução de custos de produção e o incremento da competitividade das empresas associadas (MASQUIETTO, SACOMANO NETO e GIULIANI, 2010).

As iniciativas não pararam aí. Apesar da situação econômica pouco alvissareira, um grupo de instituições formado pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), secretarias de governo e empresários, lançou o projeto AgTechValley, ou Vale do Piracicaba, pretendendo criar uma espécie de “Vale do Silício” do agronegócio.

Ribeirão Preto também inaugurou seu parque tecnológico em março de 2014, o Supera Parque, em uma parceria entre a Fundação Instituto Polo Avançado de Saúde (Fipase), a Universidade de São Paulo (USP), a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e reúne a Supera Incubadora de Empresas, o Supera Centro de Tecnologia e o Centro de Negócios. Localizado no compus da USP em Ribeirão Preto, em uma área de cerca de 300 mil m², o Supera Parque objetiva “atrair empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento (P&D) e que investem em produtos e processos inovadores nas áreas do Complexo Industrial da Saúde (CIS), biotecnologia, tecnologia da informação e bioenergia” (USP, 2014). A unidade gestora do Supera está a cargo da Fipase, criada em 2001 pela prefeitura municipal com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico local e regional por meio do apoio a empresas de base tecnológica.

O *empresariamento* da cidade orquestrado por essas parcerias impacta dramaticamente a produção do solo urbano e as receitas municipais, pois na esteira de empreendimentos dessa natureza avultam projetos imobiliários, como se examina a seguir, tomando como referência o comportamento do gasto público para verificar em que medida os gestores municipais têm colaborado com esses processos urbanos, buscando dimensionar o alcance dos instrumentos de planejamento e gestão do território.

GESTÃO URBANA: ENTRE O EMPRESARIAMENTO URBANO E A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE

A conjuntura liberalizante preconizada pelo estado mínimo, pela desregulamentação dos mercados e pelas novas imposições da competitividade internacional que projetam as cidades tem prevalecido em cenário de baixo crescimento e demandam dos gestores municipais um perfil marcadamente empreendedor. Essa tendência sugere a “governança urbana”, isto é, uma orientação em que

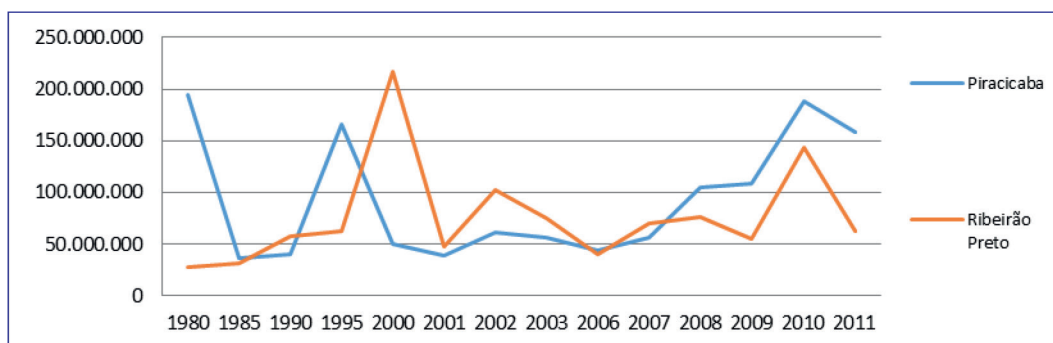
[...] a dimensão política do governo se esvai na ideologia da gestão urbana, se funde e se confunde com a administração empresarial lucrativa da cidade e estabelece novos ordenamentos, regulamentações, além de institucionalizar processos de expulsão de moradores e a segregação socioespacial como norma e sentido das ações de uma administração público-privada da cidade (CARLOS, VOLOCHKO e ALVAREZ, 2015, p. 10).

O empreendedorismo dos prefeitos pode ser identificado nos novos arranjos produtivos que, invariavelmente têm sido liderados por gestores públicos, contando com enorme investimento em infraestrutura urbana, principalmente em mobilidade³. Piracicaba se tornou um verdadeiro canteiro de obras nos últimos anos, com abertura, alargamento, recapeamento de ruas e avenidas, construção de pontes e viadutos, principalmente após a criação do Parque Automotivo para a instalação de uma unidade da Hyundai.

Assim, o exame do gasto público municipal constitui indicativo que ilustra as prioridades estabelecidas pelos governos municipais. Dentre as contas municipais, destaca-se a rubrica investimentos, pois é a única que permite uma análise desde 1980 (Figura 1).

³Em ambiente competitivo, Castells e Borja (1996), avaliam que a atuação dos gestores públicos deve corresponder à dos empresários.

Figura 1
Piracicaba e Ribeirão Preto: evolução das despesas municipais com investimento

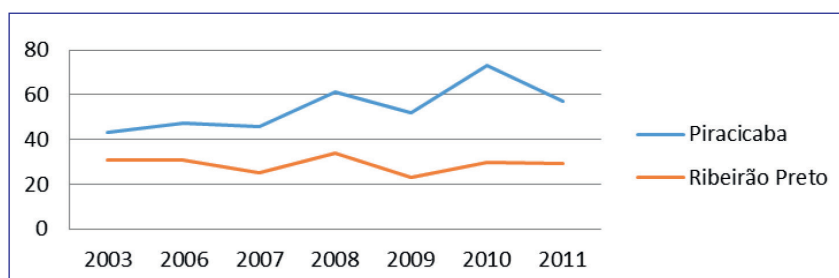


Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados evidenciam o *empresariamento urbano* como estratégia de gestão de ambos os municípios a partir dos anos 1990, com a abertura econômica e a reestruturação produtiva. A queda dos investimentos entre 1980 e 1985 em Piracicaba é indicativo da crise econômica que o município enfrentou com a desativação do Proálcool. A retomada ocorre apenas a partir da reestruturação do setor e tem-se um pico em 1995, para em seguida voltar aos patamares de 1985. A partir de 2006, os investimentos reassumem um movimento ascendente, superando o pico de 1995. Tais investimentos estão relacionados às obras de grande envergadura na estrutura viária de Piracicaba, bem como às instalações dos distritos industriais, do Centro Automotivo e do Parque Tecnológico.

Em Ribeirão Preto, o pico de investimentos ocorre apenas em 2000, após a liberalização do câmbio. Na sequência, o ritmo apresenta altos e baixos, com um pico em 2010, ano em que se anunciam três grandes investimentos imobiliários na cidade: i) a instalação de uma unidade do Sam's Club/Wall Mart; ii) dois projetos da Halna Empreendimentos, um condomínio industrial (CLB Ribeirão Preto) e o Centro Profissional Ribeirão Shopping/Multiplan ligado ao Ribeirão Preto Shopping Iguatemi, um complexo multiuso, que combina empreendimentos comerciais e residenciais com operações de shopping centers; e iii) a Park X – Halna Empreendimentos, um grande empreendimento residencial.

Figura 2
Piracicaba e Ribeirão Preto: evolução do gasto com gestão urbana (porcentagem da despesa corrente) entre 2003 e 2011



Fonte: Elaborada pela autora.

Os gastos com a gestão urbana também são reveladores. As curvas têm praticamente o mesmo desenho para os dois municípios, sendo que Piracicaba destina aproximadamente o dobro de recursos que Ribeirão Preto. Observa-se a inflexão no ano da crise internacional de 2008, quando Ribeirão Preto atingiu seu índice mais elevado, ao passo que Piracicaba seguiu ampliando a rubrica, com um pico de investimentos em 2010. Tais despesas se relacionam à infraestrutura urbana em resposta aos investimentos privados registrados.

É nesse contexto de grandes transformações urbanas que acontece o processo dos planos diretores de desenvolvimento urbano conforme exigência do Estatuto da Cidade.

O processo do Plano Diretor de Piracicaba, revisado e aprovado em 2006, é elucidativo da ineficácia desse instrumento de política urbana. Ainda que tenha seguido à risca os determinantes do Estatuto da Cidade, um estudo recente (GOULART, TERCI e OTERO, 2013) identificou que sucessivas leis complementares (LC) comprometeram o principal eixo estruturador do Plano Diretor de Piracicaba, que estabelecia o congelamento do perímetro urbano visando à ocupação dos vazios que correspondiam, em 2000, a 50% do território. Atendendo a interesses imobiliários, esse propósito foi sistematicamente desrespeitado: entre 2004 e 2010 o perímetro urbano foi ampliado em oito oportunidades, representando um crescimento de 32% e os vazios urbanos passaram a 52% do perímetro. As principais ampliações deveram-se as demandas industriais: a LC n. 186/2006 que instituiu o Distrito Industrial Noroeste em atendimento a implantação de unidade do setor sucroalcooleiro, e em 2008 na região nordeste para a implantação do Parque Automotivo de Piracicaba, denotando o empresariamento da gestão urbana.

Nessa toada, mal o Vale do Piracicaba veio a público, uma empresa do ramo imobiliário lançou 3 loteamentos residenciais, sendo 2 populares e 1 de alto padrão: “Estávamos com dois loteamentos para serem lançados em 2018 por conta da crise, e antecipamos porque sabemos que vamos ter demanda de novas moradias com a instalação desse polo de agricultura aqui” (CARVALHO, 2016), comentou o vice-presidente da empresa.

Excetuando-se as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), regulamentadas pela Lei Municipal n. 246/2009, visando a instrumentalizar a política habitacional para o Programa Minha Casa Minha Vida, os principais instrumentos de gestão urbana não foram regulamentados (outorga onerosa, Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo), o que indica que a expansão urbana desrespeitou o Estatuto da Cidade (GOULART, TERCI e OTERO, 2013).

Ademais, o Programa Minha Casa Minha Vida, paradoxalmente contribui com a tendência expansionista. Dados da pesquisa realizada pelo Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo (Secovi-SP) revelam que entre 2013 e 2016 foram lançadas 8.102 unidades residenciais e 5.378 vendidas, sendo que 69% das unidades vendidas referem-se a imóveis econômicos de dois dormitórios. Segundo o diretor do Secovi-SP por Piracicaba, grande parte dessa expansão se deve ao Programa Minha Casa Minha Vida, que oferece inúmeras vantagens de financiamento (SECOVI-SP, 2016), cuja característica tem sido o modelo dos condomínios fechados e a dispersão em várias regiões. “O único elemento a estabelecer um aparente interdito à implantação de empreendimentos desse tipo é a concentração de população pobre nas imediações” (OTERO, 2017, p. 228)

Otero (2017, p. 230) adverte que outra tem sido a direção dos empreendimentos de alto padrão como ilustra o caso emblemático do Reserva do Jequitibá, patrocinada pela marca Alphaville: complexo que agrega espaços residenciais, instituições públicas de ensino, uma incubadora municipal de empresas, escola particular bilíngue, hotel e torres de escritórios em área compartilhada pela sede da Raízen, “gigante do setor de açúcar e álcool da qual um dos sócios é proprietário de terras na região [...] constitui uma nova centralidade ao agregar aos produtos imobiliários de parcelamento do solo Alphaville, Villa D’Áquila e Villa Bela Vista, toda uma complexa gama de equipamentos e serviços”.

A partir de agosto de 2013, antes mesmo de completar 10 anos da aprovação do novo Plano Diretor, o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP) deu início a novo processo de revisão com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014. Segundo a direção do órgão, o principal aspecto a ser revisto se refere à insuficiência do Plano Diretor enquanto instrumento de gestão, tendo em vista a ausência de regulamentação dos instrumentos específicos que impedem sua auto aplicabilidade. Esse diagnóstico foi extraído da pesquisa patrocinada pelo Ministério das Cidades, levada a termo pela Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos⁴. Outra referência foi a LC n. 1.178/2012 que criou a Aglomeração Urbana de Piracicaba como unidade regional da Macrometrópole Paulista (MMP), prevendo a instrumentalização do planejamento integrado de políticas públicas entre municípios e governo do estado. Inaugurou-se um novo momento de discussões sobre o planejamento da cidade, em que a regulamentação dos instrumentos de gestão e a inserção regional da cidade passam a ser considerados⁵. O processo ainda se acha inconcluso, enquanto a produção da cidade segue a todo vapor.

⁴A pesquisa foi patrocinada pelo Ministério do Trabalho (SANTOS JUNIOR; MONTADON, 2011).

⁵A esse respeito, ver *site* do IPPLAP. Disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/plano-diretor/revisao-plano-diretor-2013/>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

O Plano Diretor de Ribeirão Preto, criado em 1995 e alterado 2003, deu nova entrada na Câmara de Vereadores em 2013 para atualização e foi rejeitado. Notícias veiculadas pela imprensa local destacam que a ausência de debate público que garantisse o caráter participativo do processo conforme reza o Estatuto da Cidade, gerou toda sorte de problemas, e os vereadores foram pressionados pelo Ministério Público e por entidades civis (Centro da Indústria do Estado de São Paulo – CIESP – de Ribeirão Preto, particularmente) a rejeitar a proposta. Dois foram os pontos polêmicos que causaram a rejeição: uma emenda parlamentar (assinada por 11 vereadores) que, se aprovada, permitiria a exploração imobiliária de área de afloramento do Aquífero Guarani que abastece Ribeirão Preto e é considerado o maior manancial de água doce subterrânea do mundo (CÂMARA, 2014). Na verdade, o controle da densidade da ocupação do solo nas áreas de recarga do Aquífero Guarani e em setores de drenagem e esgotamento sanitário foi incluído no texto da revisão do Plano Diretor de 2013, como diretriz da organização físico-territorial, cujo eixo de ocupação orienta: “Art. 24, § 2º priorizar a ocupação dos vazios urbanos nos Anéis de Crescimento em ordem crescente a partir do distanciamento do Anel Viário definido no *caput*, com critérios definidos no Código do Meio Ambiente e na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo” (RIBEIRÃO PRETO, 2014, p. 17).

O artigo 13 do Plano Diretor permite ao Poder Executivo autorizar “por meio da outorga onerosa a alteração de uso rural para uso urbano nas áreas de expansão urbana externas ao Anel Viário, desde que o beneficiário preste uma contrapartida a ser definida em lei específica” (RIBEIRÃO PRETO, 2014, p. 13). O argumento foi que a outorga onerosa fere o Estatuto da Cidade, onerando o investidor. Novamente, em dezembro de 2015, outra tentativa de revisão foi rejeitada pela Câmara, devido à mesma polêmica sobre área de preservação (TIENGO, 2015). Com a rejeição, o município pode estourar o prazo de dez anos que tem para realizar a revisão do Plano Diretor e perder o direito às verbas do governo federal.

Ainda assim, sem regulamentação a produção do solo urbano também segue à margem, conforme registra o Estudo do Mercado Imobiliário de Ribeirão Preto, publicado pelo Secovi-SP (2015). O estudo registra, à diferença de Piracicaba, que 44% de unidades residenciais possuem 2 dormitórios, seguidos de 36% de unidades com 3 dormitórios, 14% com 4 e com apenas 1 empreendimento de unidades com 1 dormitório, representando 6% do total. Observa que os empreendimentos com 4 e 1 dormitórios localizam-se na área mais nobre da cidade, ao passo que os de 3 e (principalmente) os de 2 dormitórios estão mais dispersos pela área urbana, confirmando a tendência à periferização da população de baixa renda no processo de produção do solo urbano.

A expansão imobiliária de Ribeirão Preto também se apoia no desempenho de suas principais atividades econômicas. Emblemático nesse sentido é o recém-lançado projeto Vitta Residencial (VITTA RESIDENCIAL, 2016), incorporando diversos bairros e empreendimentos habitacionais e comerciais. Visa a “atingir estudantes e profissionais da saúde, bem como empresários e profissionais do agronegócio, pois abriga a sede da USP – Universidade de São Paulo (USP), o Hospital das Clínicas, o Parque Tecnológico de Ribeirão Preto – espaço de eventos da *Agrishow*, entre outros”. Promove a criação de uma nova centralidade, haja vista que prevê a construção do Shopping Vila Planalto e do Parque Ecológico Rubem Cione, projetado para ser o maior da cidade. O empreendimento conta com parceria junto ao Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal.

Situações como as aqui relatadas têm sido comuns (BUENO, 2007) e evidenciam as dificuldades que se enfrenta para a implementação das diretrizes do Estatuto da Cidade. Longe do consenso, o que se observa são tensões permanentes entre interesses econômicos e imobiliários de um lado e a aspiração, preconizada pelo Estatuto da Cidade, de construção de uma cidade inclusiva e ambientalmente sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, vale reafirmar uma agenda de investigação que remete às dimensões analíticas aqui relatadas. Buscamos explorar as peculiaridades determinantes do desenvolvimento de Piracicaba e Ribeirão Preto, cuja principal variável comparativa reside no fato de desempenharem o papel-chave de sede de duas grandes regiões do CAI canavieiro, e, portanto, nas redes de produção e distribuição desse agronegócio globalizado. É preciso reconhecer que resta muito a investigar, particularmente as características e funções do espaço intraurbano dessas cidades, considerando as distintas dinâmicas regionais nas quais estão inseridas (BAENINGER, ZULLO JUNIOR, AIDAR et al., 2013). As evidências reunidas, entretanto, demonstram o protagonismo que essas cidades vêm assumindo em cenário de acirrada competitividade e suas gestões públicas têm sido compelidas ao *empresariamento* urbano: considerando-se a conjuntura de retração da atividade econômica, de poucos investimentos e

encolhimento da esfera nacional, as gestões urbanas têm explorado (ou mesmo produzido) certos “diferenciais” de suas localidades na atração dos negócios, contribuindo para a fragmentação do espaço, do mercado de trabalho e da própria sociedade. É notável como os velhos e persistentes problemas, sobretudo os relativos à segregação urbana, têm sido esquecidos. Como argumentamente asseverou Vainer (2000, p. 76, grifo do autor):

[...] se durante largo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, *a nova questão urbana* teria, agora, como nexos central a problemática da *competitividade urbana*.

Chama atenção a dramaticidade da questão mais premente e ainda não resolvida: a exclusão e a segregação patrocinadas pela nova agenda do *empresariamento urbano* estimulado pelas demandas do agronegócio globalizado. A expansão e produção do solo urbano desde 1990 se caracteriza pela proliferação dos condomínios residenciais, industriais, *shopping centers*, arranjos produtivos, patrocinados pelas corporações imobiliárias. Saltam aos olhos o crescimento das cidades e sua periferização (a exemplo de Piracicaba); os impactos ambientais (a exemplo de Ribeirão Preto) e as flagrantes contradições com os planos diretores de desenvolvimento urbano, cujos processos ainda em curso não têm impedido a avassaladora produção da cidade de forma a atender aos imperativos do setor imobiliário e da atividade econômica.

As pressões ambientais e trabalhistas, bem como as exigências internacionais de certificação da sustentabilidade ambiental e social dos subprodutos do CAI canavieiro, têm contribuído para alterar de forma positiva externalidade negativas da cadeia produtiva do setor, reduzindo seus passivos, porém, ainda reforça a lógica do *empresariamento* que preside a governança urbana restringindo as oportunidades da construção de uma cidade para todos.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. et al. (Org.). **Regiões canavieiras**. Campinas: Unicamp, 2013.
- BASSUL, J. R. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE**, v. 28 n. 84, p. 1-20, 2002.
- BRANDÃO, C. Notas sobre a dimensão urbano-regional do desenvolvimento capitalista no Brasil. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper40.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2014.
- BRASIL. **Estatuto da cidade**. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10/7/2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002.
- BUENO, L. M. M. Inovações para a concretização dos direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão. In: BUENO, L. M. M.; CYMBALISTA, R. (OrgS.). **Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 11-25.
- CÂMARA rejeita Plano Diretor De Ribeirão e vereador fala em “acordo”. **G1**, São Paulo, 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/02/camara-rejeita-novo-plano-diretor-de-ribeirao-e-vereador-fala-em-acordo.html>>. Acesso em: 01 dez. 2017.
- CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo**. São Paulo: Seade, 1998. (Coleção Economia Paulista, n. 1).
- CANO, W. et al. (Ed.). **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas: Alínea, 2007.
- CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARVALHO, Marcello. Empresas miram “Vale do Silício” da agricultura e mudam para Piracicaba. 2016. **G1**, São Paulo, 22 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/06/empresas-miram-vale-do-silicio-da-agricultura-e-mudam-para-piracicaba.html>>. Acesso em: 01 dez. 2017.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos Cebrap**, n. 45. p. 152-166, 1996.
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.
- ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 1, n. 1, p. 13-32, 2013.
- GOULART, J. O.; TERCI, E. T.; OTERO, E. V. A dinâmica urbana de cidades médias no interior paulista sob o Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, p. 183-200, 2013.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.
- KOGA-VICENTE, A.; ZULLO JUNIOR, J.; AIDAR, T. Evolução da produção da cana-de-açúcar em regiões canavieiras tradicionais e em expansão do estado de São Paulo. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Regiões canavieiras**. Campinas: Unicamp, 2013. p. 29-41.
- MASQUIETO, C. D.; SACOMANO NETO, M.; GIULIANI, A. C. Identificação de Arranjos Produtivos Locais: o caso do Arranjo Produtivo Local do Álcool de Piracicaba. **Gestão & Regionalidade**, v. 26, n. 77, p. 75-87, maio/ago. 2010.
- OLIVEIRA, R. A. D. A articulação das dinâmicas regionais a processos multi-escalares: situando a mobilidade espacial recente dos canavieiros. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Regiões canavieiras**. Campinas: Unicamp, 2013. p. 79-103.
- OLIVEIRA FILHO, A. A. de. **As Indústrias de Bens de Capital em Piracicaba/Sp: novas perspectivas a partir dos biocombustíveis**. Florianópolis: UFSC, 2013.
- OTERO, E. V. **Reestruturação urbana em cidades médias paulistas: a cidade como negócio**. São Paulo: FAU-USP, 2017.
- PASTRE, R. **Reprimarização do desenvolvimento: o papel das principais agroindústrias brasileiras de soja no Centro-Oeste (1994-2014)**. Campinas: Unicamp, 2015.
- PETRONE, M. T. S. **A lavoura canvieira em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1968.
- PIRES, M. C. S. **O processo de urbanização e a organização do espaço em uma região canvieira: a região de Ribeirão Preto**. São Paulo: FAU-USP, 1995.
- PURUSHOTHAMAN, R.; WILSON, D. **Dreaming with BRICs: the path to 2050**. 2003. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- RIBEIRÃO PRETO. **Proposta para o Projeto de Lei Plano Diretor de Ribeirão Preto**. 2014. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/splan/planod/plano_diretor.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2015.
- ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p. 31-50, 2009.
- ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. **Novos Estudos Cebrap**, n. 89, p. 89-109, 2011.
- SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. **Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.
- SINDICATO DA HABITAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SECOVI-SP). **Estudo do Mercado Imobiliário de Ribeirão Preto**. 2015. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/downloads/pesquisas-e-indices/estudos-do-interior/ribeirao-preto/1s15-mercado-imobiliario-de-ribeirao-preto.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- SINDICATO DA HABITAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SECOVI-SP). **Estudo do Mercado Imobiliário de Piracicaba**. 2016. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/pesquisas-e-indices/estudos/estudo-mercado-imobiliario-piracicaba-2016>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- SIQUEIRA, E. S. **A gestão de projetos e a produção da cidadania na Associação dos Favelados de Piracicaba**. São Paulo: PUC, 1993.
- SOUZA, M. A. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DREAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 19-48.

TERCI, E. T. Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Bárbara D'Oeste. **História Econômica & História de Empresas**, v. 12, p. 3-69, 2009.

TERCI, E. T. et al. **Desconcentração industrial**: impactos socioeconômicos e urbanos no interior paulista (1970-1990). Piracicaba: MB, 2005.

TIENGO, R. Base de Darcy Vera rejeita revisão do Plano Diretor de Ribeirão Preto, SP. **G1**, São Paulo, 09 dez. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/12/base-de-darcy-vera-rejeita-revisao-do-plano-diretor-de-ribeirao-preto-sp.html>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Supera Parque é inaugurado em Ribeirão Preto e deve impulsionar desenvolvimento tecnológico**. 2014. Disponível em: <<http://www5.usp.br/41904/>

[supera-parque-e-inaugurado-em-ribeirao-preto-e-deve-impulsionar-desenvolvimento-tecnologico/](#)>. Acesso em: 01 dez. 2017.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-103

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 169-243.

VITTA RESIDENCIAL investe na região oeste de Ribeirão Preto. **Pautas INCorporativa**, Ribeirão Preto, 25 maio 2016. Disponível em: <<http://www.pautas.incorporativa.com.br/a-mostra-release.php?id=30194>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

Eliana Tadeu Terci

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); Professora Doutora na ESALQ/USP, Piracicaba- SP, Brasil. E-mail: etterci@usp.br